



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE PESSOAS

ATA DE REUNIÃO Nº 2/2024/CGOVPEs

1. Identificação da reunião

Data	Horário	Local	Responsável
27/06/2024	14h45 às 14h55	Presidência	Claudia Marinho

2. Objetivo

Apresentar dados atualizados sobre o Concurso Público Unificado para a Justiça Eleitoral

3. Itens da pauta

Item	Descrição
1.	Concurso Público Unificado para a Justiça Eleitoral

4. Participantes

Nome	Setor de atuação
Desembargador Cornélio Alves	Presidência
Ana Esmera Pimentel da Fonseca	Diretoria-Geral
Claudia Josemira Marinho de Lima	SGP
Carlos Magno do Rozario Camara	STIE
Simone Maria de Oliveira Soares Mello	SAOF
João Paulo de Araújo	SJ

5. Itens de Discussão

Item	Descrição	Responsável
------	-----------	-------------

1.	<p>A Secretária iniciou sua fala trazendo as informações em ordem cronológica:</p> <p>a) 17.04.2024: Expedição do Ofício n.º 11/2024-SGP TRE-RN em resposta ao Ofício-Circular SGP TSE n.º 88/2024 (SEI 3310/2024), para confirmação das especificações e do quantitativo de cargos deste TRE a serem ofertados no edital do Concurso Público Unificado;</p> <p><u>Analista Judiciário:</u> Área Judiciária - 3 vagas Área Administrativa, sem especialidade - cadastro reserva Área Administrativa, Contabilidade - cadastro reserva Apoio Especializado, Engenharia Civil - cadastro reserva Apoio Especializado, Medicina (Clínica Médica) - cadastro reserva Apoio Especializado, Odontologia - cadastro reserva Apoio Especializado, Tecnologia da Informação - cadastro reserva</p> <p><u>Técnico Judiciário:</u> Área Administrativa, sem especialidade - 6 vagas Área Administrativa, Policial Judicial - cadastro reserva Apoio Especializado, Programação de Sistemas - cadastro reserva</p>	Claudia Marinho
2.	<p>b) 07.05.2024: Aprovação em Sessão Plenária do TSE, da Resolução TSE nº 23.741 que alterou a Resolução TSE n.º 20.761/2000, que dispõe sobre a descrição e especificação de cargos de provimento efetivo das carreiras judiciárias, no âmbito da Justiça Eleitoral;</p> <p>- atualização dos cargos no âmbito da Justiça Eleitoral especificados no normativo para adequação ao contexto atual e à evolução percebida nos processos de trabalho ao longo dos últimos anos;</p> <p>- criação da especialidade de medicina do trabalho para o cargo de analista judiciário. Mudança da denominação dos cargos de analista judiciário de engenharia para engenharia civil e de análise de sistemas para tecnologia da informação. O cargo de técnico judiciário de segurança passa a ser denominado agente da Polícia Judicial.</p> <p>- De acordo com o texto aprovado, os seguintes cargos efetivos de analista e técnico judiciário existentes nos quadros de pessoal serão transformados em outros à medida que surgirem novas vagas, considerando-se os interesses e as necessidades de cada tribunal eleitoral do país:</p> <p>1) analista judiciário, na área de apoio especializado, envolvendo as especialidades de relações públicas e taquigrafia;</p> <p>2) técnico judiciário, na área administrativa, envolvendo as especialidades de artes gráficas, carpintaria e marcenaria, contabilidade, eletricidade e telecomunicações, mecânica, telefonia, transporte e digitação; e</p> <p>3) técnico judiciário, na área de apoio especializado, envolvendo as especialidades de edificações, eletrônica, enfermagem, operação de computadores, saúde bucal e taquigrafia.</p>	Claudia Marinho

3.	<p>c) 29.05.2024: Publicação do Edital</p> <p>- O concurso será organizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe (Contrato assinado em 29/12/2023).</p> <p>- de 4 a 18.07.2024: Período de inscrições;</p> <p>- 22.09.2024: Aplicação das provas objetivas para todos os cargos e discursiva para o cargo de analista judiciário;</p> <p>- 28.10.2024: Divulgação do edital de resultado final nas provas objetivas, para todos os cargos, de resultado provisório na prova discursiva, somente para os cargos de Analista Judiciário, de convocação para o teste de aptidão física, somente para o cargo de Técnico Judiciário - Área: Administrativa - Especialidade: Agente da Polícia Judicial, e de convocação para a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararam pessoas com deficiência e para o procedimento de heteroidentificação dos candidatos negros e indígenas, para todos os cargos de Técnico Judiciário, exceto para o cargo de Técnico Judiciário - Área: Administrativa - Especialidade: Agente da Polícia Judicial</p>	Claudia Marinho
4.	<p>A secretária informou que, nesta data, o quadro de vagas sofreu alteração apenas para o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa em virtude de recente posse de dois servidores em cargo inacumulável, totalizando assim 8 vagas.</p> <p>A seguir, a secretária mencionou o Projeto de Lei nº 4/2024, em tramitação no Congresso Nacional, que trata de proposta para criação de cargos efetivos e cargos/funções comissionadas para a Justiça Eleitoral. Conforme o texto original, se aprovado, serão criados:</p> <p>06 (seis) cargos efetivos de Analista Judiciário; 06 (seis) cargos efetivos de Técnico Judiciário; 02 (dois) cargos comissionados de nível Cj-03; 07 (sete) funções comissionadas de nível Fc-06.</p> <p>Por fim, a secretária apresentou a página criada pela SGP e a SNT/COIS/STIE para dar transparência e atender a demanda de consultas recebidas de interessados(as) em participar do Concurso Público Unificado da Justiça Eleitoral no RN. A página será disponibilizada no site deste TRE-RN, menu Institucional, contendo informações relativas ao concurso, bem como respostas às consultas frequentes recebidas pela Ouvidoria Eleitoral e repassadas à COPES/SGP. Esta página será gerida pela Coordenadoria de Pessoal - COPES/SGP, que ficará responsável pela atualização de conteúdo e encaminhamento das respostas aos interessados.</p>	Claudia Marinho

6. Pendências

Nenhuma pendência registrada.

7. Observações

Sem observações.

8. Fechamento da Ata

Data	Secretário(a)
27/06/2024	Rejane Medeiros Kfourì

ANEXO(S)

Anexo Ata de reunião 2 CGOV PES 2024 (0062110)



Documento assinado eletronicamente por **Rejane Medeiros Kfourì, Secretário(A) do Comitê de Governança de Pessoas, em substituição**, em 31/07/2024, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Flavio Nascimento Maia, Membro do Comitê de Governança de Pessoas**, em 31/07/2024, às 18:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo de Araujo, Membro do Comitê de Governança de Pessoas**, em 31/07/2024, às 19:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Josemira Marinho de Lima, Membro do Comitê de Governança de Pessoas**, em 20/08/2024, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rn.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0062040&crc=E3CA1C87 informando, caso não preenchido, o código verificador **0062040** e o código CRC **E3CA1C87**.